ACÇÃO GERAL DE ESCLARECIMENTO E MOBILIZAÇÃO

O presente documento de apoio tem como objectivo fornecer alguns elementos para usar nos contactos e plenários a realizar com os trabalhadores, no âmbito da Acção geral de esclarecimento e mobilização decidida no Conselho Nacional e ratificada pelo Plenário de Sindicatos em Junho, numa altura em que a luta é essencial para travar o assalto aos direitos laborais e derrotar a ofensiva contra os trabalhadores que o Governo do PSD\CDS, com o apoio do CH e da IL, tem em marcha.

CGTP
INTERSINDICAL NACIONAL

JUL 2025

1

MENSAGEM CENTRAL:

- É urgente, é possível, é necessário, um aumento geral e significativo dos salários.

- A CGTP-IN coloca como essencial um aumento dos salários de pelo menos 15% com um mínimo de 150€ para todos os trabalhadores. Esta reivindicação é:

  - **URGENTE** porque há um número crescente de trabalhadores que não consegue aceder a bens e serviços, alguns deles essenciais: habitação; medicamentos; material escolar para os filhos; alimentação; energia (electricidade e combustíveis). Urgente, também, para romper com o modelo assente em baixos salários e precariedade – um novo modelo de desenvolvimento para o país passa pela valorização do trabalho e dos trabalhadores.

  - **POSSÍVEL** porque a riqueza criada no nosso país permite que, desde já, se faça outra distribuição por quem a produz – os trabalhadores. Menos de metade da riqueza produzida anualmente serve para pagar salários ou pensões. Só os dividendos (os lucros que vão para o bolso dos donos das grandes empresas) de 21 grandes grupos económicos chegavam para um aumento mensal, a 14 meses, de 110€ para todos os assalariados. No presente ano, estes dividendos aumentaram 39% em relação a 2024.

  - **NECESSÁRIO** para valorizar carreiras e profissões, para fixar no nosso país todos os que aqui querem viver e trabalhar, o que inclui jovens altamente qualificados; para avançar em novas fileiras produtivas indutoras de maior valor acrescentado; para garantir mais receitas fiscais e maiores contribuições para a Segurança Social; para combater as desigualdades, nomeadamente aquela que se agrava entre o capital e o trabalho.

2

GOVERNO QUER MANTER OS BAIXOS SALÁRIOS

O Governo do PSD/CDS tem em marcha um ataque articulado que visa reduzir o poder de compra dos salários e, assim, as condições de vida no nosso país, aumentando a exploração e as desigualdades. Uma opção pelo grande capital em prejuízo dos trabalhadores.

O Governo PSD/CDS, bem como o CH e a IL, e, em alguns casos o próprio PS, querem:

- Perpetuar o modelo de desenvolvimento económico assente em baixos salários, estabelecendo como objectivo para o SMN atingir 1.100€ em 2029, valor inferior ao que já hoje é praticado em Espanha (1.184€).

- Que o salário médio seja de 2.000€ no final da década (2030), valor que compara com a média dos salários praticados na União Europeia que, segundo o EUROSTAT, se fixava nos 2.402€ no início desta década (2021).

- Incentivar o pagamento dos subsídios de férias e Natal em duodécimos, para evitar o aumento geral e significativo de todos os salários. Nenhum trabalhador, cujo salário permita chegar ao fim do mês, optaria pelo pagamento em duodécimos. São os baixos salários, que o Governo quer manter, que podem levar os trabalhadores a recorrer a este mecanismo.

- Obrigar os trabalhadores em situação de desemprego a aceitarem ofertas de trabalho com baixos salários e subsidiar com prestações sociais, os salários de miséria que o patronato pratica.

A nossa história recente mostra que os direitos impulsionam o desenvolvimento. Com a tróica, atacaram-se salários e direitos que alimentaram a crise e a retracção da economia. Com todas as limitações, o período que se seguiu, mostrou que a devolução e avanço nos direitos são uma condição para o desenvolvimento. Com muitas limitações e insuficiências, mais salário, melhores direitos, puseram a economia a crescer. O ataque em curso, a recuperação de velhas e estafadas teses da “rigidez do mercado laboral” ou da “necessidade de produzir primeiro, para depois distribuir a riqueza”, só servem para agravar a exploração e a acumulação de capital pela minoria de sempre. Perdem os trabalhadores, perde o país, ganham cada vez mais os detentores dos grandes grupos económicos e financeiros.

3

GOVERNO TEM EM MARCHA UM ASSALTO AOS DIREITOS

O Governo quer alterar a legislação laboral para, com recurso a uma crescente individualização das relações laborais, precarizar os vínculos, desregular os horários e degradar ainda mais as condições de trabalho.

É neste contexto que se enquadram as intenções de:

- Limitar o exercício do direito à greve para condicionar a luta dos trabalhadores. Fazer greve é um último recurso da luta, implica a perda de vencimento dos que exercem este direito (e, para o patrão, a perda da produção/produto da actividade desse dia). Nos serviços públicos, a greve serve, também, para defender e aumentar a qualidade destes. A greve tem sido um instrumento para defender e avançar nos direitos, não pode ser condicionado. Os serviços mínimos já hoje existem e são fixados para as actividades impreteríveis que deles necessitam, registando-se abusos vários na sua fixação que, esses sim, deveriam ser eliminados.

  A quem interessa limitar ou condicionar o exercício do direito à greve? Quem sai a ganhar com essa limitação? Esta é a questão central. E não são os trabalhadores que saem a ganhar.

- Flexibilizar a relação laboral, pondo em pé de igualdade patrão e trabalhador, quebrando o reconhecimento de que há uma relação desigual entre quem é dono dos meios de produção e quem vende a sua força de trabalho. Procuram ainda pôr trabalhadores contra trabalhadores, nacionais contra estrangeiros, do público contra os do privado, para evitar a unidade de quem trabalha e a sua acção contra o capital.

- Manter a contratação colectiva refém das normas da caducidade e da não aplicação integral do princípio do tratamento mais favorável.

Fazendo tábua rasa dos efeitos na vida dos trabalhadores de sucessivas e negativas alterações da legislação laboral - que provocam o aumento da precaridade que do vínculo se transporta para a vida de cada um, induzem uma crescente desregulação dos horários que impossibilita a conciliação da vida profissional com a pessoal e familiar ou, entre tantas outras negativas implicações, empurram os trabalhadores para jornadas de trabalho cada vez mais longas quando o que se exige é a redução do tempo de trabalho, sem perda de remuneração – o Governo apresenta novas alterações que não só não respondem aos problemas dos trabalhadores, como os agravam.

4

SERVIÇOS PÚBLICOS E FUNÇÕES SOCIAIS DO ESTADO:

A degradação a que chegaram inúmeros serviços públicos e funções sociais do Estado (saúde, educação, habitação…) abre as portas ao negócio privado e à sua privatização. No actual momento, o governo aproveita a situação, para tentar concretizar os objectivos dos grandes grupos económicos que vêem na saúde ou na segurança social, fontes de lucros garantidos.

Para o Movimento Sindical, para os trabalhadores e pensionistas, a questão que temos de colocar é a da necessidade de investir na garantia destes direitos, o que passa obrigatoriamente pela valorização dos trabalhadores, a melhoraria dos equipamentos, a construção de mais unidades públicas (sejam de saúde ou na habitação) e a manutenção destas áreas fora da lógica e dinâmicas do negócio. São direitos que conquistámos e que não podem estar à venda. Assim:

- **No SNS** – urge fixar profissionais de saúde, o que implica a sua valorização; garantir maior autonomia: no OE para 2024, 8 mil milhões de euros dos 15 mil milhões para o SNS foram para os privados. Travar o projecto da direita que é fazer da saúde um negócio para os grupos privados.

- **Na Educação** – valorizar as carreiras, de docentes e não-docentes; aumentar os salários. Só assim é possível ultrapassar a enorme falta de professores e assistentes operacionais que já hoje existe. PSD\IL\CH – aposta na privatização;

- **Na Protecção Social** – urge defender o sistema público universal e solidário de segurança social; aumento (mais robusto que aquele que resulta da aplicação da Lei) das pensões e das outras prestações; o saldo da Segurança Social permite a melhoria das pensões. Combater a pressão para substituir o carácter solidário do sistema, pela capitalização individual

  A Segurança Social dá efectiva segurança. Terminou o ano de 2024 com um saldo positivo de mais de 5 mil milhões de euros e pela primeira vez atinge os 40 mil milhões de euros no Fundo de estabilização Financeira.

4
SERVIÇOS PÚBLICOS E FUNÇÕES SOCIAIS DO ESTADO:

- **Na Habitação** – de acordo com dados do INE, os preços das habitações no primeiro trimestre de 2025 aumentaram, em relação ao 1º trimestre de 2024, 17% no caso das habitações existentes e 14,5% nas habitações novas, o que demonstra que a resposta do Governo PSD\CDS não só não resolve, como agrava este problema. É urgente mais oferta pública de habitação; o mercado que falhou, só serve para os especuladores enriquecerem; a função social da habitação tem de ter primazia sobre o negócio; a necessidade de impor um travão no aumento das rendas (seja nos contratos em "execução", seja nos novos arrendamentos); a necessidade de colocar os lucros da banca (mais de 14 milhões de euros diários) a cobrir o acréscimo com a subida das taxas de juro.

- **Nos Transportes** – Aposta na ferrovia; Fim das SCUT – vale a pena lutar; Não à privatização da TAP: É uma empresa estratégica ao desenvolvimento, gera rendimento e riqueza. Promoção, em todo o território, do transporte público

- **Na Cultura** – desenvolver um Serviço Público de Cultura, que garanta o acesso a todos e em todo o território;

- **Na Justiça** – acesso dos trabalhadores não pode ser condicionado pelos meios financeiros.

As privatizações são um desastre, são elemento de corrupção, prejudicam os trabalhadores e o País, subvertem o princípio de que o poder económico se tem de subordinar ao poder político. São uma coutada para uma minoria de grandes capitalistas fazerem negócios com lucros garantidos.

5

TEMOS DE AFIRMAR A SOBERANIA NACIONAL: CONTRA A SUBORDINAÇÃO ÀS IMPOSIÇÕES DA UE

A pressão para o corte nas despesas, que dá cobertura à opção de sucessivos governos pelo desinvestimento nos serviços públicos e é a causa do desastre a que hoje se assiste no SNS, na educação, entre outros;

A política do BCE de aumento das taxas de juro é ruinosa para o nosso país e para o bolso de quem trabalha e trabalhou. Cada vez mais do nosso salário vai directo para os juros dos empréstimos;

A necessidade de pensar o futuro do país e a necessidade de recuperar soberania monetária;

A divisão europeia do trabalho (no centro e norte da Europa ficam as actividades geradoras de maior valor acrescentado, no nosso país as que geram menos) que nos empurra para uma produção periférica;

O dinheiro que falta para garantir os nossos direitos a ser desviado para a guerra (são os filhos dos trabalhadores que o capital e os senhores da guerra da NATO se preparam para colocar de armas na mão).

Sem contar com o aumento para os 5% do PIB, mas apenas com o que o Governo assumiu ir atingir no final de 2025 (2% do PIB), e comparando com o gasto em 2024 (1,58% do PIB – um dos mais elevados em décadas), prevemos que se irão gastar, em 2025 e 2026, mais 2,5 mil milhões de euros do que aquilo que se gastaria se se mantivessem os 1,58% do PIB.

GASTOS EM DESPESA MILITAR			
	Com 1,58% (verificado em 2024)	Com 2% do PIB	Acréscimo de despesa
2025	4,727	5,984	1,257
2026	4,942	6,256	1,314
Gastos Militares (2025+2026)	9,67	12,24	2,57

NOTA: Assumindo valores do PIB estimados pela AMECO para 2025 e 2026. Valores em milhares de milhões de euros (10^6).

O que se gasta a mais em defesa é equivalente a um aumento (a 28 meses – dois anos) para todos os trabalhadores da Administração Pública de 121€ mensais. Isto sem fazer contas aos 3,5% ou aos 5% do PIB (a valores de 2025, cada 1% do PIB equivale a cerca de 3 mil milhões de euros, cerca de 10 vezes mais do gasto total em cultura e quase tanto quanto se despendeu em ciência e inovação).

5
TEMOS DE AFIRMAR A SOBERANIA NACIONAL: CONTRA A SUBORDINAÇÃO ÀS IMPOSIÇÕES DA UE

Já se as contas forem feitas aos 3,5% do PIB que o Governo se comprometeu a gastar com a guerra, considerando o PIB de 2024, estamos a falar de quase 10 mil milhões de euros (9,97 mil milhões de Euros), valor superior ao gasto com educação e 2/3 do total gasto em saúde, em 2024

Para a CGTP-IN, a subordinação do Governo PSD/CDS à política belicista da NATO é inaceitável. Portugal deve salvaguardar a soberania e a independência nacionais, defender os legítimos interesses do povo e afirmar os princípios da Constituição da República Portuguesa, nomeadamente assegurando as condições para que as Forças Armadas desempenhem a missão que lhes está constitucionalmente consagrada. Portugal deve ter voz própria, uma política externa independente, com a diversificação das suas relações externas, a contribuição para a resolução pacífica dos conflitos internacionais, a defesa da paz e da cooperação.

6

UMA POLÍTICA FISCAL MAIS JUSTA

A questão fiscal tem de ser vista como um todo. O Estado precisa de receitas para financiar os direitos que assegura e as funções que desempenha, seja ao nível da educação, saúde, segurança social, habitação, transportes, infra-estruturas, entre tantas outras.

Portugal não tem uma receita fiscal e contributiva elevada. Mesmo comparando em percentagem da riqueza criada (PIB), estamos mais de 5 pontos abaixo da média europeia.

É preciso combater a injustiça fiscal sim, porque **há impostos a mais sobre os trabalhadores e os reformados e há impostos a menos sobre o grande capital.** Da receita fiscal total, 68% tem origem no IRS e no IVA, pagos essencialmente por quem trabalha e trabalhou.

Aquilo que os dados nos demonstram, em relação aos impostos, é uma estrutura que tem de ser invertida. Mais de 50% da receita fiscal tem origem nos impostos indirectos (pagos de igual forma por quem muito tem e pelos que pouco ou nada têm) assinala-se que, só no IVA os trabalhadores e as famílias de menores rendimentos, são sujeitas a uma taxa média de 16,7%.

As medidas do Governo PSD/CDS, com o apoio do CH e da IL, agravam esta situação.

No IRS, o Governo afirma que um trabalhador com salário até 1.000€ vai "poupar" 34€ este ano com as alterações introduzidas, enquanto que alguém que ganhe 2.000€ leva 123€, e os que ganham 7.000€ poupam mais de 400€.

No IRC, só por via da redução da taxa que o Governo já confirmou para os 17%, a perda de receitas será superior a 5 mil milhões de euros (verba próxima do que o Estado gastou em Infra-estruturas e habitação no ano de 2024). Mais de metade desta perda de receita é aproveitada por apenas 1686 grandes empresas, que vão deixar de pagar 2,7 mil milhões de euros (mais do que o alívio em IRS que o Governo afirma pretender atingir).

6
UMA POLÍTICA FISCAL MAIS JUSTA

PERDA DE RECEITA IRC		
Ano\ taxa assumida	Perda de receita fiscal	Valor absorvido pelas 1686 maiores empresas (0,6% das que liquidaram imposto)
2025 (IRC - TX Normal - 20%)	366	198
2026 (IRC - TX Normal - 19%)	732	396
2027 (IRC - TX Normal - 18%)	1 098	594
2028 (IRC - TX Normal - 17%)	1 464	792
2029(IRC - TX Normal - 17%)	1 464	792
Perda Acumulada	**5 124**	**2 772**
		Valor absorvido pelas 70 maiores empresas
Perda com fim da derrama estadual	**1 112**	**753**

NOTA: Perda de Receita IRC apenas tem em conta **a aplicação da medida na taxa normal e empresas por esta abrangidas**, com base em dados da UTAO; Perda com derrama estadual parte da média de receita obtida nos dois últimos anos com dados conhecidos (2022 e 2023). Valores em milhões de euros

Se juntarmos o fim da derrama estadual, estamos a falar de mais mil milhões de euros perdidos anualmente, que também beneficiam as grandes empresas (na derrama, 70 empresas são responsáveis pelo pagamento de mais de 750 milhões de euros anualmente, tal é o nível de apropriação de riqueza que conseguem).

Tudo junto, caso o fim da derrama se verifique em 2026 e o IRC desça 1 ponto percentual ao ano, a perda de receita poderá ser superior a 9 mil milhões de euros até ao fim da legislatura.

PERDA ACUMULADA	
2025	366
2026	1 844
2027	2 210
2028	2 576
2029	2 576
Perda Acumulada	**9 572**

NOTA: Simulando fim da derrama estadual em 2026. Valores em milhões de euros

6
UMA POLÍTICA FISCAL MAIS JUSTA

A CGTP-IN defende uma política fiscal que coloque o capital a pagar e alivie os rendimentos de quem trabalha e trabalhou. Para tal, entre outras medidas, é essencial:

Reduzir, com efeito nos preços, a taxa do IVA;

Englobar de forma obrigatória os rendimentos de capital em sede de IRS, cuja receita adicional estimada seria superior a mil milhões de euros.

Acabar com os benefícios fiscais para as grandes empresas. Caso o Estatuto dos Benefícios Fiscais estivesse, por regra, destinado apenas às micro, pequenas e médias empresas, uma parte considerável dos 1,3 mil milhões euros (o total atribuído em sede de IRC) que são apropriados pelas grandes empresas, poderia reverter para as contas públicas.

Por último, numa lista que não esgota o potencial de receita adicional, com um travão à transferência de verbas para os paraísos fiscais e a aplicação das taxas de imposto aos 7,4 mil milhões de euros que foram deslocados em 2022 (na sua larga maioria – 6,6 mil milhões de euros - por empresas), pode obter-se um substancial acréscimo da receita fiscal.

Numa altura em que se aproximam as comemorações dos 50 anos da Constituição da República Portuguesa, em que ganham ainda mais relevo os direitos que esta consagra, no trabalho, na protecção do emprego, na saúde, educação, segurança social e habitação, entre tantos outros, o esclarecimento, a mobilização e a unidade de todos os trabalhadores serão determinantes para cumprir a CRP e romper com o aumento da exploração e a retirada de direitos.

Travar o assalto aos direitos laborais, **derrotar a ofensiva contra os trabalhadores**, desenvolver a luta reivindicativa por melhores salários e condições de trabalho é o compromisso e a acção que se impõe e vamos desenvolver.